

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimonio liquido			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.233.475	14.442.373	Fornecedores		889.135	818.390
Anuidades a receber	5	17.119.826	13.095.042	Empréstimos e financiamentos	10	893.486	6.230.833
Outros créditos	6	<u>1.027.581</u>	<u>674.495</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	11	1.743.350	1.442.298
Total do ativo circulante		25.380.882	28.211.910	Obrigações estatutárias	12	1.486.225	608.835
Não circulante				Não circulante			
Outros créditos	6	87.540	87.540	Anuidades a realizar	13	4.547.318	6.655.467
Depósitos judiciais	14	412.206	123.708	Outras obrigações		<u>184.885</u>	<u>188.593</u>
Investimentos	7	815.648	768.232	Total do passivo circulante		9.744.398	15.944.415
Imobilizado	8	64.940.108	62.100.240	Não circulante			
Intangível	9	<u>11.369</u>	<u>11.508</u>	Empréstimos e financiamentos	10	1.740.566	2.640.499
Total do ativo não circulante		66.266.871	63.091.228	Provisão para contingências	14	<u>1.806.296</u>	<u>2.066.773</u>
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio social			
		91.647.753	91.303.139			9.744.398	15.944.415
				Patrimônio social	15		
				Patrimonio social		52.441.706	50.273.799
				Ajuste de exercícius anteriores		5.410.253	-676.585
				Ajuste de avaliação patrimonial		20.504.534	21.054.238
				Total do patrimônio social		78.356.492	70.651.452
						91.647.753	91.303.139

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Claudia da Silva Prudêncio
Presidente
CPF: 734.333.140-04

Giovani Mainhardt
Contador
CRC/SC 016.992/0-0

Rafael Búrigo Serafim
Diretor Financeiro
CPF: 951.080.259-04

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	16	43.475.875	43.547.447
Receitas/(despesas) operacionais			
Contribuições estatutárias	12	(11.180.977)	(12.768.546)
Despesas administrativas	17	(38.216.589)	(29.466.194)
Outras receitas/despesas operacionais	18	8.374.793	6.372.720
Resultado antes das receitas financeiras líquidas		2.453.102	7.685.427
Resultado financeiro líquido	19	391.389	(485.351)
Superávit líquido do exercício		2.844.492	7.200.076

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Claudia da Silva Prudêncio
Presidente
CPF: 734.333.140-04

Giovani Mainhardt
Contador
CRC/SC 016.992/O-0

Rafael Búrigo Serafim
Diretor Financeiro
CPF: 951.080.259-04

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste de Exercícios Anteriores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	43.073.723	21.603.942	(676.585)	64.001.080
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	(549.704)		(549.704)
Superávit líquido do exercício	7.200.076	-		7.200.076
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.273.799	21.054.238	(676.585)	70.651.452
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	(549.704)		(549.704)
Realização ajuste de exercícios anteriores			5.410.253	5.410.253
Superávit líquido do exercício	2.844.492	-		2.844.492
Saldos em 31 de dezembro de 2022	53.118.291	20.504.534	4.733.668	78.356.493

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Claudia da Silva Prudêncio
Presidente
CPF: 734.333.140-04

Giovani Mainhardt
Contador
CRC/SC 016.992/O-0

Rafael Búrigo Serafim
Diretor Financeiro
CPF: 951.080.259-04

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2.022	2.021
Superávit líquido do exercício	2.844.492	7.200.076
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para contingências	(260.477)	(568.891)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	4.371.786	1.940.042
Realização ajuste de avaliação patrimonial	(549.704)	(549.704)
Baixa ativo imobilizado e intangível	1.526.792	784.824
Depreciação/amortização	2.737.446	1.994.427
	10.670.335	10.800.773
Redução/(aumento) nos ativos		
Anuidades a receber	(8.395.205)	(301.817)
Depósitos judiciais	(288.498)	265.858
Outros créditos	(354.450)	(256.608)
	(9.038.153)	(292.567)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	70.745	109.703
Obrigações sociais e trabalhistas	277.936	(343.303)
Tributos a recolher	23.116	
Obrigações estatutárias	877.390	66.040
Anuidades a realizar	(2.108.149)	1.245.994
Outras obrigações	(3.708)	76.080
	(862.670)	1.154.513
Ajuste Exercícios Anteriores	5.410.253	-
Recursos líquidos absorvidas nas atividades operacionais	6.179.765	11.662.719
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos		
Redução/(aumento) em investimentos	(47.277)	83.313
Aquisições líquidas no imobilizado/intangível	(6.688.610)	(6.359.978)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(6.735.887)	(6.276.666)
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	-	(5.600.000)
Amortização de empréstimos	(6.652.778)	5.211.459
Aumento/(redução) de empréstimos e financiamentos	-	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(6.652.778)	(388.541)
Resultado líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	- 7.208.899	4.997.512
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.442.373	9.444.861
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.233.475	14.442.373
Resultado líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	- 7.208.899	4.997.512

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Claudia da Silva Prudêncio
Presidente
CPF: 734.333.140-04

Giovani Mainhardt
Contador
CRC/SC 016.992/O-0

Rafael Búrigo Serafim
Diretor Financeiro
CPF: 951.080.259-04

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)**

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, constituída por meio do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina é sediada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4860, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000), aprovada pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, com observância à Legislação Societária, aos Princípios de Contabilidade, , NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade, número 10.19, do Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Entidade em 13 de abril de 2023 e serão posteriormente submetidas à Comissão Orçamentária da Entidade.

Para a Entidade não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício e o superávit/déficit do exercício. Dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)**

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

3. Descrição das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Estão demonstrados ao custo acrescido das numerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.2. Anuidades a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos valores fixados em cada exercício e estão refletidas pelo valor presente de realização.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As anuidades a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas, quando aplicável. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber e são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das anuidades a receber.

O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o saldo de anuidades a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos, quando aplicável.

3.4. Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, direito de uso e contratos de programas. A amortização é calculada pelos prazos de vida útil. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

3.8. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

3.9. Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para ao Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

3.10. Apuração do resultado - superávit/déficit

As receitas de anuidades recebidas pelos advogados são reconhecidas pelo regime de competência. As demais receitas da Entidade e os gastos com sua manutenção também são registrados pelo regime de competência.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro não são devidos, em virtude da OAB gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.906/94, de 04 de julho de 1994.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa seccional	-	1.575
Caixa subseções	24.671	16.269
Bancos conta movimento seccional	81.392	5.153.589
Bancos conta movimento subseções e filiais	919.369	710.322
Bancos conta poupança	108.134	102.216
Aplicações financeiras	6.099.909	8.458.402
	<u>7.233.475</u>	<u>14.442.373</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do ITG 1000.

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Anuidades a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Anuidades a receber - exercício corrente	9.235.212	7.139.640
Anuidades a receber - exercícios anteriores	23.395.387	16.516.055
Infrações disciplinares e eleitorais	961.172	959.807
Cartões a receber anuidades e taxas	1.518.632	2.098.330
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(17.990.577)</u>	<u>(13.618.790)</u>
	<u>17.119.826</u>	<u>13.095.042</u>

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Entidade realiza análises da rubrica anuidades a receber e infrações disciplinares/eleitorais, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de anuidades a receber por idade de vencimento.

No exercício de 2021 a Administração da Entidade procedeu a um estudo de seu histórico de recuperabilidade de créditos e implementou uma nova política de perdas estimadas para Anuidades a receber, conforme abaixo:

	<u>Percentual de perda estimada (%)</u>
Anuidades dos exercícios de 2008 a 2018 não ajuizadas	100
Anuidades do exercício de 2019 não ajuizadas	90
Anuidades do exercício de 2020 não ajuizadas	80
Anuidades do exercício de 2021 não ajuizadas	70
Anuidades do exercício de 2022 não ajuizadas	60
Renegociações de anuidades	80
Multas eleitorais e disciplinares 2009 a 2018 não ajuizadas	100
Multas eleitorais e disciplinares 2019 a 2022 não ajuizadas	90

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Demonstramos abaixo a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para os exercícios 2022 e 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos iniciais	(13.618.791)	(12.667.129)
Adições	(4.472.750)	(951.662)
Exclusões	100.964	-
Saldos finais	<u>(17.990.577)</u>	<u>(13.618.791)</u>

6. Outros créditos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamentos a subseções	743	743
Adiantamento a empregados	160.773	124.653
Adiantamento a fornecedores	131.984	89.173
Créditos diversos	54.969	11.807
Adiantamento repasse CFOAB exercício posterior	377.497	373.432
Adiantamento repasse FIDA exercício posterior	75.499	74.687
Adiantamento CAASC Exercício Posterior	226.117	-
Adiantamento repasse FIDA	87.540	87.540
	<u>1.115.121</u>	<u>762.035</u>
Circulante	1.027.581	674.495
Não circulante	87.540	87.540

7. Investimentos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cota Capital Sicoob	815.649	768.232
	<u>815.649</u>	<u>768.232</u>

8. Imobilizado

Demonstramos a seguir a composição do imobilizado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Terrenos	22.389.800	22.410.600
Móveis e utensílios	5.413.690	5.212.548
Obras de arte	400	630
Edifícios	34.998.699	35.199.699
Obras em andamento	8.417.233	3.951.105
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.088.071	5.088.071
Máquinas e equipamentos	2.552.725	2.280.038
Equipamentos de informática e software	2.719.634	2.519.281
Veículos	521.695	262.975
(-) Depreciação acumulada	(17.161.839)	(14.824.708)
	<u>64.940.108</u>	<u>62.100.239</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Demonstramos a seguir a movimentação do Imobilizado - custo corrigido para o exercício de 2022:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Terrenos	22.410.600	-	(20.800)	-	22.389.800
Móveis e utensílios	5.212.548	278.173	(77.032)	-	5.413.689
Obras de arte	630	-	(230)	-	400
Edifícios	35.199.699	400.049	(601.049)	-	34.998.699
Obras em andamento	3.951.105	4.738.069	(271.940)	-	8.417.233
Máquinas e equipamentos	2.280.038	303.927	(31.240)	-	2.552,725
Equipamentos informática	2.519.281	285.598	(85.246)	-	2.719.634
Benf em Imóveis Terceiros	5.088.071	-	-	-	5.088.071
Veículos	262.975	698.115	(439.395)	-	521.695
	76.924.947	6.703.931	1.526.932	-	82.101.946

Demonstramos a seguir a movimentação da depreciação acumulada para o exercício de 2022:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2022
Móveis e utensílios	(3.076.058)	(521.740)	60.902	(3.536.896)
Edifícios	(7.532.830)	(1.351.877)	58.052	(8.826.655)
Máquinas e equipamentos	(1.199.987)	(236.290)	23.310	(1.412.967)
Equipamentos informática	(1.699.611)	(303.679)	82.760	(1.920.430)
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	(1.160.524)	(254.511)	-	(1.415.034)
Veículos	(155.699)	(69.210)	175.153	(49.756)
	(14.824.708)	(2.737.307)	400.176	(17.161.838)

A Administração da Entidade analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do imobilizado e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação sugeridos na legislação vigente.

Foram cedidos bens da Entidade em garantia de empréstimos ou outros compromissos.

Análise de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

Os itens do imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A análise de recuperação dos ativos é realizada anualmente, sendo que o mesmo não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

9. Intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso de software	391.772	434.444
(-) Amortização acumulada	(380.403)	(422.936)
	<u>11.369</u>	<u>11.508</u>

Demonstramos a seguir a movimentação do intangível líquida:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Saldos em 31/12/2022
Direito de uso de sistemas	11.508	42.533	(42.672)	11.369
	<u>11.508</u>	<u>42.533</u>	<u>(42.672)</u>	<u>11.369</u>

Análise do valor recuperável de ativos

A análise de recuperação dos ativos intangíveis da Entidade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente.

10. Empréstimos e financiamentos

	Modalidade	Taxa	31/12/2022	31/12/2021
Badesc - Obra Joinville	Investimento	TJLP + 6,1% a.a	1.233.269	1.682.803
Sicoob Adv. SC Ctr 17.378-5	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m.	138.092	180.281
Sicoob Adv. SC Ctr 36.367-0	Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	0-	5.600.000
Coop. de Cred. Mútuo dos Adv.27015	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m.	1.262.691	1.408.248
			<u>2.634.052</u>	<u>8.871.332</u>
		Circulante	893.486	6.230.833
		Não circulante	1.740.566	2.640.499

A Entidade encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

▪ Garantias.

- (a) Em garantia ao principal, reajuste monetário, juros compensatórios e moratórios, multa legal e quaisquer outras importâncias que de qualquer modo, venham a acrescer a dívida, a Entidade dá ao BADESC em forma de alienação fiduciária os bens: i) um terreno situado em Joinville (SC), bairro Saguacú, sob matrícula n° 6124, avaliado em R\$ 982.973 na data do contrato ii) um terreno situado em Rio do Sul (SC), perímetro urbano, sob matrícula n° 2049, avaliado em R\$ 800.000 na data do contrato. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	-	9.322
Provisão de férias	1.226.700	1.053.096
Rescisão a Pagar	4.366	-
Empréstimos de funcionários a repassar	4.161	3.023
FGTS a pagar	88.074	1.697
INSS a recolher	243.450	231.296
ContasPIS a recolher	14.526	12.870
IRRF - assalariados	98.922	66.307
IRRF - serviços de autônomos	24	1.094
IRRF sobre serviços prestados P. Jurídica	3.769	3.771
ISS	29.587	31.635
CSRF e Retenções	29.770	28.186
	1.743.349	1.442.297

12. Obrigações estatutárias

	31/12/2022	31/12/2021
Cota estatutária Conselho Federal	1.188.311	455.709
Cota estatutária CAASC	-	-
Cota estatutária FIDA	232.978	88.190
Parcelamento FIDA	64.936	64.936
	1.486.225	608.835

Estão registradas as obrigações estatutárias conforme previsto no estatuto social da Entidade, o qual faz referência às destinações apuradas após a aferição da receita. O cálculo das destinações é realizado de acordo com as seguintes premissas, incluídas no Estatuto da Advocacia e da OAB:

	Percentual
Total das receitas brutas mensais	100%
Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA	(2%)
Fundo cultural	(3%)
Conselho Federal	(10%)
Despesas administrativas e manutenção do Conselho Seccional	(45%)
Base para repasse CAASC	40%
Percentual de repasse à CAASC	20%

Demonstramos a seguir as contribuições estatutárias reconhecidas nos exercícios:

	2022	2021
Conselho Federal	(3.500.013)	(3.990.171)
CAASC	(6.982.694)	(7.980.341)
FIDA	(698.270)	(798.034)
	(11.180.977)	(12.768.546)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

13. Anuidades a realizar

Nos meses de novembro e dezembro de 2022 foram recebidas 5.396 anuidades pagas em cota única, referentes ao exercício de 2023, sendo que os advogados que quitaram a cota única tiveram desconto de 15% sobre o valor da anuidade do exercício com pagamento até 05 de fevereiro 2023, além desses outras 163 advogados pagaram alguma parcela referente ao exercício de 2023.

Dessa forma, o montante das anuidades do exercício de 2023 recebidas em cota única em 2022 totalizou R\$ 5.220.549 e os descontos sobre estas anuidades totalizaram R\$ 769.751 e os acréscimos totalizaram R\$ 2.063, tendo a Entidade recebido o líquido de R\$ 4.452.861, Estes valores serão reconhecidos na rubrica de receita durante o ano-calendário de 2023 em atendimento ao princípio da competência contábil. O valor bruto das anuidades parceladas recebidas é de R\$ 115.617 e o valor líquido é de R\$ 96.522 com desconto de R\$ 19.097 e acréscimo de R\$ 2.

	2022	2021
Adiantamento de Anuidades	5.336.165	6.248.633
(-) Descontos a Incorrer	(788.847)	(766.119)
Apoio Financeiro Emergencial 2021 (desc 10%)	-	1.172.953
	<u>4.547.318</u>	<u>6.655.467</u>

14. Provisão para contingências

A Entidade é parte (réu) em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade registra o montante de R\$ 412.206 (R\$ 123.708 em 31 de dezembro de 2021) a título de depósitos judiciais, os quais foram efetuados em sua totalidade no decorrer das ações trabalhistas com as quais a Entidade está envolvida.

O Departamento Jurídico atualiza a situação dos processos e faz as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Demonstramos a seguir a abertura da natureza da provisão para contingências:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cível	650.185	948.154
Trabalhistas	1.156.111	1.118.619
	<u>1.806.296</u>	<u>2.066.773</u>

Demonstramos a movimentação da provisão para contingências:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	2.066.773	2.635.664
Adições	44.928	187.150
Exclusões	(305.405)	(756.041)
	<u>1.806.296</u>	<u>2.066.773</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possui processos para os quais os advogados atribuíram prognósticos de perdas possíveis, dessa forma não foi constituída provisão, perfazendo o valor de R\$66.053.381, sendo todos processos cíveis. Desse montante, o total de R\$ 54.787.669 trata-se de ação cível em que a Entidade é parte solidária, sob o número 5024803-48.2017.404.7200.

15. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é formado pela acumulação dos superávits (déficits) apurados em cada exercício social.

15.1. Ajuste de avaliação patrimonial

A Administração da Entidade contratou durante o exercício de 2013 uma empresa especializada para realização de levantamento patrimonial e avaliação da vida útil dos bens do imobilizado e intangível, cujo objetivo foi identificar, mensurar e regularizar os bens integrantes desses grupos. A Entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, tomando como base os laudos que foram preparados utilizando-se o método evolutivo.

O método evolutivo segue a prerrogativa do item 8.2.4 da NBR 14.653-2 da ABNT. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela empresa Avesa Engenharia.

O laudo foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela NORMA NBR-14.653, especificamente, a saber: NBR- 14653-1, NBR- 14653-2 e NBR- 14653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e estrita observância dos postulados constantes dos Códigos de Ética Profissional do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e do IEL - Instituto de Engenharia Legal, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Considerações das inspeções técnicas:

- Vistoria;
- Títulos de propriedade e outros documentos;
- Caracterização do local;
- Avaliação das benfeitorias e instalações;
- Valor total das benfeitorias e instalações;
- Avaliação de equipamentos, móveis e demais itens;
- Conclusão;
- Anexos.

A adoção dessa avaliação resultou em um ajuste de R\$ 28.001.985, bem como a identificação de uma provisão para impairment de R\$ 122.026. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio social da Entidade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Demonstramos abaixo a movimentação do Ajuste de Avaliação Patrimonial registrado no Patrimônio Líquido:

AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total do imobilizado AAP	28.001.985	28.001.985
(-) Depreciação acumulada AAP	(7.497.451)	(6.947.747)
Total do imobilizado AAP líquido	20.504.534	21.054.238
Realização total AAP no PL no exercício	(549.704)	(549.704)

15.2 Ajuste de Exercícios Anteriores

A entidade identificou que por falha sistêmica houve inconsistências no registro de juros a incorrer quanto a sua realização, em contrapartida do resultado de exercícios anteriores, referente ao recebimento de cada parcela dos acordos, visto que o sistema interno da entidade não efetuava o lançamento a débito na conta redutora do ativo em contrapartida a crédito no resultado como receita do exercício, distorcendo o saldo de anuidades de exercício anterior, bem como o saldo da conta redutora do ativo.

Objetivando demonstrar o saldo de patrimônio social e saldo de direitos a receber ajustado a realidade da entidade, em respeito as normas contábeis vigentes, os ajustes efetuados foram registrados na conta de Ajuste de Exercícios anteriores, no montante de R\$ 5.410.182,40, sendo em contrapartida reconhecida nas contas e montantes descritos abaixo:

- O valor de R\$ 3.107.171,48 foi realizado para recompor o saldo da conta - Anuidades do Exercício Anterior.
- O valor de R\$ 2.303.010,92 foi realizado para recompor o saldo da conta redutora (-) Juros a Incorrer.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Complementarmente foi realizado um ajuste no montante de R\$ 70,62 por conta do registro em duplicidade do pagamento de fatura em exercícios anteriores para recompor o saldo da conta Cartão de Crédito a Pagar Rio do Sul, perfazendo o total de Ajuste de Exercício Anterior no montante de R\$ 5.410.253,02.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ajuste de Exercícios Anteriores	5.410.253	(676.685)

16. Receita operacional líquida

Demonstramos a seguir a conciliação da receita operacional bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Anuidades de advogados	40.248.461	40.827.416
Multas de Infrações	145.656	397.127
Custas e Emolumentos	3.081.758	2.322.904
	<u>43.475.875</u>	<u>43.547.447</u>

17. Despesas administrativas

As despesas administrativas, por natureza, estão demonstradas da seguinte maneira:

Despesas por natureza	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com pessoal	(15.998.221)	(14.352.139)
Serviços profissionais	(5.688.048)	(4.692.521)
Contribuições, impostos e taxas	(172.175)	(143.367)
Despesas com aluguéis	(1.399.614)	(797.112)
Manutenção de bens móveis e imóveis	(541.106)	(501.468)
Despesas com veículos	(146.754)	(75.053)
Bens de pequeno valor	(26.352)	(49.576)
Publicidade e eventos	(1.690.708)	(629.286)
Despesas de viagens e estadias	(1.819.190)	(812.914)
Despesas com depreciações e amortizações	(2.187.743)	(1.994.050)
Prestadores de serviços	(1.525.960)	(1.372.731)
Material de consumo	(1.776.984)	(1.213.870)
Despesas diversas	(702.930)	(3.053.749)
Despesas com provisões para contingências	(4.517.679)	275.108
Despesa nacional de advocacia	(23.128)	(53.465)
	<u>(38.216.589)</u>	<u>(29.466.194)</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

18. Outras receitas/(despesas) operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Inscrições em eventos	-	-
Receitas exame de Ordem	1.332.628	1.349.913
Receitas de fotocópias	53.177	37.155
Contribuições voluntárias	-	-
Patrocínio para eventos	488.998	128.167
Receita de cursos/treinamentos	82.665	915
Receita Esa	164.797	83.941
Receitas estacionamento	-	90
Receita c/ comissões	340.163	78.489
Receita de Bonificações/Brinde/Doações	4.923	-
Recuperação de Despesa	-	-
Devolução de Receita	(3.424)	(2.546)
Receita sede balneária	31.488	26.222
Receita pousada	117.982	91.167
Receita evento feijoada	169.229	-
Receita auxílios financeiros	2.706.126	1.654.812
Indenizações/recuperações recebidas	2.000	45.636
Auxílio Financeiro Suplementar	-	3.125.135
Reversão de Provisão Cred. Liq. Dúvidosas	100.964	-
Receitas diversas	1.049.086	169.442
Receita de Aluguel	1.378.680	-
Outras receitas	8.019.482	6.788.538
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro na alienação de ativo imobilizado	808.369	879.840
Descontos/abatimentos/devoluções	-	(1.597.729)
Constituição de Perdas est. em créd. líq. duvidosa.	-	(951.662)
Custo na Alienação de Ativo Imobilizado	(204.910)	(405.068)
Doação do Ativo	(995)	(32.738)
Perda/quebra ativo imobilizado	(247.153)	(54.295)
Outras despesas	355.311	(2.161.652)
	8.374.793	8.950.190

19. Receitas/(despesas) financeiras líquidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos aplicações financeiras	1.262.613	474.389
Descontos obtidos	16.105	1.494
Distribuição de sobras	89.856	41.674
Receitas financeiras	1.368.574	517.557
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Encargos s/ empréstimos	(420.795)	(360.258)
Despesas bancárias	(56.666)	(42.031)
IRRF s/ aplicações	(23)	-
Encargos sobre aplicações financeiras	-	(163)
Juros e multas	(14.297)	(9.167)
Taxa administração de cartão	(167.912)	(149.022)
Despesas com cobranças	(317.493)	(442.267)
Despesas financeiras	(977.186)	(1.002.908)
Total	391.388	(485.351)

20. Seguros

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis.

21. Instrumentos financeiros

21.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, anuidades a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores aos três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

21.2. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela Administração.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Administração examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

21.3.Risco de crédito

A política da Entidade considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

21.4.Risco de liquidez

É o risco da Entidade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

21.5.Risco de mercado

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Entidade incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

21.6.Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	7.233.475	7.233.475	14.442.373	14.442.373
Anuidades a receber	17.119.826	15.586.427	13.095.042	13.095.042
Investimentos	815.648	815.648	768.232	768.232
Passivos financeiros				
Fornecedores	889.135	889.135	818.390	818.390
Empréstimos e financiamentos	2.634.052	2.634.052	8.871.332	8.871.332

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Equivalentes de caixa:** está apresentado ao seu valor de mercado,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

- que equivale ao seu valor contábil;
- **Anuidades a receber:** são mensuradas pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável ou relevante;
- **Investimentos:** trata-se de cotas capital emitidas por instituição financeira registrada pelo método de custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos:** são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado;
- **Fornecedores:** são classificados como mensurados ao custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos atribuíveis a transação.

Claudia da Silva Prudêncio
Presidente
CPF: 734.333.140-04

Giovani Mainhardt
Contador
CRC/SC 016.992/O-0

Rafael Búrigo Serafim
Diretor Financeiro
CPF: 951.080.259-04